



O-074

Desigualdade no acesso à água fluoretada. Análise nas macroregiões brasileiras

Reis GS*, Moimaz SAS, Saliba O, Garbin CAS

Faculdade de Odontologia de Araçatuba, UNESP

Categoria – Pesquisa

Objetivos ou Proposição

A fluoretação das águas, considerada uma das dez principais medidas de saúde pública, comprovadamente eficaz na prevenção de cárie, tornou-se obrigatória no Brasil, desde 1975, por meio da lei federal 6050, entretanto nem todo cidadão brasileiro tem acesso à água tratada. Objetivou-se analisar o percentual da população, nas macrorregiões brasileiras, que tem acesso à água tratada e à água fluoretada, condições socioeconômicas e índice de cárie (CPO-D).

Métodos

Foram consultadas bases de dados do IBGE, do DATASUS, Ministério da Saúde, além das principais bases de artigos científicos da área da saúde.

Resultados

Aproximadamente 87% da população brasileira tem acesso à água tratada e somente 60,2% desta consome água fluoretada. Na Região Norte o analfabetismo atinge 27% da população; com IDH de 0,0767; apenas 14,6% dos municípios possuem coleta de esgoto; 77,9% têm acesso à água tratada e somente 16,4% desses fluoretada, resultando no pior índice CPO-D aos 12 anos (3,2). Em contrapartida a Região Sul tem 96% da população com acesso à água tratada e 83,01% desse percentual consomem água fluoretada, e o segundo melhor índice de cárie (2,0). Já a Região Sudeste apresenta os melhores indicadores: 85,9% da população tem acesso a água fluoretada; 96,4% possui coleta de esgoto; índice de analfabetismo de 4,7%; CPO-D aos 12 anos de 1,74; e IDH 0,824.

Conclusões

As desigualdades sociais são refletidas também na saúde bucal, com alto índices de cárie dentária e baixa taxa de acesso à água fluoretada nas populações menos favorecidas.